O QUE A PANDEMIA ESCANCAROU SOBRE A REPRODUÇÃO SOCIAL?:
em busca de uma análise da totalidade das relações sociais.

Aila Fernanda dos Santos[1]

Camila Ferreira[2]

RESUMO

O presente artigo é fruto de discussões realizadas no Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Profissão (Netrab) da PUC-SP. Tem por objetivo realizar uma discussão sobre a importância de compreender a relação dialética entre produção e reprodução social, considerando o contexto de crise estrutural do capital frente à pandemia do novo Coronavírus que escancarou essa relação. Por esse motivo, lançamos luz para uma análise muito pouco explorada dentro do campo marxista: da reprodução social. Aponta-se para a necessidade da articulação dialética e uma perspectiva de superação de cisão das esferas "produção" e "reprodução social", compreendendo a partir de uma perspectiva de totalidade, onde a produção e reprodução estão intrinsecamente relacionadas, provocando impactos à classe-que-vive-do-trabalho, reconfigurando-a e apontando para a necessidade de apreensão teórica sobre a categoria classe trabalhadora e de uma unidade das lutas.

Palavras-chave: reprodução social, pandemia, crise do capital

ABSTRACT

This article is the result of discussions held at the Work and Profession Studies and Research Nucleus (Netrab) at PUC-SP. It aims to carry out a discussion on the importance of understanding the dialectical relationship between production and social reproduction, considering the context of the structural crisis of capital in the face of the new Coronavirus pandemic that opened up this relationship. For this reason, we shed light on a very little explored analysis within the Marxist field: of social reproduction. It points to the need for dialectical articulation and a perspective of overcoming the split between the "production" and "social reproduction" spheres, comprising from a perspective of totality, where production and reproduction are intrinsically related, causing impacts on the class- who-lives-from-work, reconfiguring it and pointing to the need for theoretical apprehension about the working class category and a unity of struggles.

Keywords: social reproduction, pandemic, capital crisis.

[1] Assistente Social, mestra em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP, doutoranda em Serviço Social na PUC-SP, professora substituta na UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: ailaservsocial@gmail.com.

[2] Assistente Social, mestra em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP, doutoranda em Serviço Social na PUC-SP, professora substituta na UnB - Universidade de Brasília. E-mail: camilaferreirass@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

"As duas revoluções mais significativas do mundo moderno, a francesa e a russa, começaram como revoltas por pão, lideradas por mulheres". (BHATTACHARYA, 2019, p. 110).

Já é consenso dentre as análises críticas, sobretudo marxistas, que as profundas desigualdades que assistimos no momento presente, não foram detonadas pela crise sanitária provocada pela pandemia do novo Coronavírus, ainda que intensificadas e aceleradas por ela. Em meio a catástrofe sanitária, os enormes esforços para decifrar o momento presente fizeram ressurgir o debate sobre a crise estrutural do capital, ou seja, a crise regular que acompanha a ordem metabólica do capital e que aparece na forma de crises isoladas, cada vez mais recorrentes e devastadoras.

István Mészáros (2011) é um dos autores que utilizou esse conceito para anunciar que estamos diante de um trágico período da história da humanidade. Segundo o autor, trata-se de um quadro cujas origens remontam ao final da década de 1960, quando o capital, após experimentar uma era "gloriosa" de ciclos "virtuosos" (especialmente nos países de Welfare State), adentra em uma nova fase pautada por uma depressão contínua, uma crise econômica global, estrutural e sistêmica.

Em meio ao contexto da crise econômica de 2008, Mészáros já anunciava:

> Recentemente vocês tiveram um prenúncio do que eu tinha em mente. Mas, apenas um prenúncio, porque a crise estrutural do sistema do capital como um todo – a qual estamos experimentando nos dias de hoje em uma escala de época – está destinada a piorar consideravelmente. Vai se tornar a certa altura muito mais profunda; ela vai invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da vida social, econômica e cultural. (MÉSZÁROS, 2011, p.17).

O reconhecimento da crise estrutural do capital como real detonador das contradições do momento presente, tem sido fundamental para elucidar que não estamos diante apenas de uma crise sanitária, tão pouco, apenas diante de uma crise de ordem econômica que cessará com o fim da pandemia. De acordo com Mészáros, a magnitude e o caráter irrefreável dessa crise relacionam-se com a própria engrenagem do capital, que não possui limites para a sua expansão (pois seu foco é sempre a produção de mais capital), resultando em uma lógica de acentuada destrutividade, tanto das forças produtivas, quanto dos recursos naturais, essenciais à vida humana.

O curioso é que, diferentemente do que se observava na história da humanidade, em que as grandes crises sociais se davam por escassez (ausência de condições técnicas, econômicas, sociais de produção e reprodução da vida material), essa é uma crise de excesso, excesso de produção. Há, portanto, no bojo dessa crise estrutural uma superprodução de capital concentrado e centralizado nas mãos de poucos capitalistas, o que faz com que não seja possível impor ao sistema de produção o volume de lucratividade esperado e necessário para que eles sobrevivam à concorrência intercapitalista.

Com isso, de tempos em tempos, uma parte da acumulação desaba na forma de crise, promovendo um efeito cascata que derrama sobre toda a população, em especial, sobre a classe-que-vive-do-trabalho.

Antunes (2020) apoiado em Mészáros, revela que uma das estratégias adotadas pelo capital para conter os efeitos da crise e garantir sua auto reprodução, tem sido a redução crescente do tempo de vida útil dos produtos, o que leva ao aumento da intensidade e do ritmo do processo de valorização do valor. E sendo a força de trabalho também uma mercadoria, sendo essa uma mercadoria especial, pois é a única que cria valor (MARX, 2017), a incessante redução de trabalho vivo, tem se tornado objeto desta mesma tendência.

No entanto, como a força de trabalho não pode ser completamente eliminada, pois sem ela o capital não se valoriza, (como estamos vendo com a paralisação global da produção durante o período de pandemia), o sistema de metabolismo do capital, sob o comando do capital financeiro, acaba por impor uma pragmática pautada pela corrosão completa das condições de trabalho em escala planetária.

> A resultante desta engenharia metabólica é evidente. Por um lado, a exuberância das corporações globais que concentram a quase totalidade da riqueza mundial. Na outra ponta, a proliferação de uma miríade de trabalhos humanos vilipendiados, um vale-tudo: trabalho análogo à escravidão, superexploração (por exemplo, dos/as imigrantes), generalização da terceirização em todas as esferas laborativas, informalidade, intermitência. Enfim, esparramam-se “novas modalidades” de extração compulsiva do sobretrabalho em um cenário que vai da China ao Brasil, dos EUA à África do Sul, da Índia ao México, da França à Rússia, do Japão às Filipinas, da Inglaterra à Coreia do Sul. (ANTUNES, 2020, sem paginação).

Antunes (2020) *apud* Dari Krein, Magda Biavaschi e Marilane Teixeira (2020), apresenta um panorama de como essa realidade se objetivava no Brasil, antes mesmo da pandemia. De acordo com os seguintes dados:

a) 16,7 milhões de domicílios viviam com até dois salários mínimos mensais, oscilando entre o desemprego (aberto e oculto), e os trabalhos intermitentes, por conta própria ou informais, situação clivada e intensificada pelas transversalidades existentes entre gênero, raça, faixa etária e regiões;

b) a força de trabalho totalizava 106,2 milhões, dos quais 11,6 milhões estavam desempregados e outros 4,6 milhões vivenciavam o "desemprego por desalento", o que somava 16,2 milhões de pessoas (dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua [Pnadc] do quarto trimestre de 2019);

c) do total de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, 29% recebiam até um salário mínimo;

d) 24,5 milhões se encontravam no mercado de trabalho por conta própria, dos quais aproximadamente, 80% estavam fora do sistema previdenciário e desempenhando atividades as mais precarizadas;

e) 6,8 milhões encontravam-se subocupados, trabalhando com frequência inferior a 40 horas semanais (seja com um ou vários trabalhos), embora manifestassem disposição e interesse de ampliar suas jornadas de trabalho;

f) 26,1 milhões estavam subutilizados, assim distribuídos: mulheres negras, 33,2%; homens negros, 22,3%; mulheres brancas, 20,7%; homens brancos, 14,2%.

Não por acaso, o contexto pandêmico que estamos enfrentando a cerca de um ano e meio, além de ter lavado à morte milhares de pessoas em todo o mundo, desempregou e/ou subempregou milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Dados recentemente publicados pela OIT - Organização Internacional do Trabalho (2021) revelam um verdadeiro colapso: 114 milhões de pessoas desempregadas em todo o mundo e a perda de 255 milhões de empregos em tempo integral[3].

Na região da América Latina e Caribe esse impacto se objetiva de maneira ainda mais brutal, concentrando a perda de 26 milhões de postos de trabalho, algo que se expressa com maior intensidade entre as mulheres. Segundo a OIT (2021b, p.4) "la pérdida porcentual de empleo femenino (-18%) a nivel regional entre el primer y segundo trimestre de 2020 superó a la contracción del empleo masculino (-15%)".

[3] Estimativas anuais apresentadas na sétima edição do "Monitor OIT: COVID-19 e o mundo do trabalho". Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_767028.pdf>. Acesso em 20 de jul. de 2021.

> El impacto más intenso entre las mujeres se asocia, por un lado, a la mayor presencia femenina en sectores económicos fuertemente afectados como, por ejemplo, los de hotelería y restaurantes, y en otras actividades de servicios y del sector de hogares. Por otro, a la mayor incidencia de la informalidad entre las mujeres. La informalidad afecta a 1 de cada 2 mujeres en la región. En sectores económicos altamente feminizados como, por ejemplo, el de trabajo doméstico, la tasa de informalidad alcanza al 80/90 por ciento. Como se muestra más abajo, a diferencia de crisis previas, en esta crisis la pérdida de empleo estuvo explicada mayormente por lo sucedido con los puestos informales, lo que se contrajeron aún con mayor intensidad que las ocupaciones formales. (Ibd, p.7).

Isso significa dizer que a dinâmica atual da acumulação capitalista é absolutamente devastadora para as massas de trabalhadores e trabalhadoras. De um lado, porque a superprodução de capital representa, em última análise, superexploração do trabalho, produção extenuante de trabalho excedente, seja por meio de jornadas de trabalho intensificadas, precarizadas, seja pela criação de formas inusitadas de exploração, como é o caso do trabalho *uberizado*. De outro lado, porque quando a superprodução se traduz em crise, a classe-que-vive-do-trabalho é a primeira a sentir os seus efeitos e a assumir o ônus necessário para que o capital se recomponha. Isso nos leva à discussão central proposta por esse artigo: ao mesmo tempo em que estamos assistindo a uma verdadeira corrosão do mundo do trabalho, imposta pela submissão da produção social à lógica destrutiva do capital, há um outro campo também afetado por essa crise, ainda pouco explorado, inclusive pelo próprio marxismo, mas que pode oferecer pistas fundamentais sobre o real impacto dessa crise para a vida humana. Nos referimos aqui ao campo da chamada reprodução social, ao modo como a força de trabalho, devastada pela crise, encontra (ou não) meios de se reproduzir.

Nesse sentido, esse artigo é fruto das discussões realizadas no NETRAB da PUC-SP[4], onde nos indagamos: *"Se a pandemia serviu como um verdadeiro laboratório de experimentos do capital, testando as possibilidades de dilaceração cada vez maiores no campo da produção, o que ela escancarou sobre a reprodução social?".*

Estrategicamente, colocamos a centralidade na reprodução social, por entender que muitas análises têm se centrado sobre os efeitos da crise no campo da

[4] O Núcleo de Estudos de Pesquisa Trabalho e Profissão é coordenado pela profa. Dra. Raquel Raichelis Degenszajn, além de compor parte do projeto PIPEQ (Plano de Incentivo à Pesquisa), intitulado "Política social, trabalho e COVID-19: reflexões sobre usos das TICs no enfrentamento à pandemia no Brasil, Argentina e Uruguai".

produção, realizando poucos aprofundamentos sobre a reprodução social, com sérios riscos de uma abordagem míope sobre os dilemas do tempo presente. Por isso, os aportes da teoria da reprodução social tendem a ser profícuos para a compreensão da totalidade das relações sociais, rompendo com a ideia de uma cisão e nem "esferas" separadas entre produção e reprodução social, mas uma articulação dialética entre elas.

2. DESENVOLVIMENTO

A teoria da reprodução social, concebida pelas marxistas contemporâneas, é elucidativa ao colocar a centralidade da análise na força de trabalho e como ela é produzida e reproduzida no capitalismo, apontando como o processo de produção de bens e serviços e a produção da vida constitui em um sistema integrado. Conforme apontou Bhattacharya (2019), a força de trabalho é reproduzida por três processos interconectados e formam a base do capitalismo ao reproduzir o trabalhador:

> 1. Atividades que regeneram a classe trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra. 2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego. 3. reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz (BHATTACHARYA, 2019, p. 103).

Importante ressaltar que falar de reprodução social é dizer sobre o trabalho historicamente e compulsoriamente relegado às mulheres posto pelo patriarcado, que ganha novas determinações no modo de produção capitalista com a divisão social, sexual e racial do trabalho (CISNE; SANTOS, 2018).O trabalho realizado por mulheres, seja na produção, como na reprodução social, sempre foi um trabalho subalternizado, invisibilizado e precarizado.

Marx no livro I de O Capital, já apontava sobre a importância do trabalho das mulheres e das crianças para o próprio desenvolvimento da maquinaria, que ocupavam lugares mais precarizados e sendo pagos por um valor abaixo do valor da força de trabalho masculina, ainda que exercendo atividades mais exploratórias:

> Na inglaterra, ocasionalmente ainda se utilizavam, em vez de cavalos, mulheres para puxar os barcos nos canais, etc, portanto o trabalho exigido para a produção de cavalos e máquinas é uma quantidade matematicamente dada, ao passo que o exigido para a manutenção das mulheres da população

> excedente está abaixo de qualquer cálculo. Por essa razão, em nenhum lugar se encontra desperdício mais desavergonhado de força humana para ocupações miseráveis do que justamente na Inglaterra, o país das máquinas (MARX, 2017, p. 467).

Nota-se que, quando era inteiramente de interesse do capital, as mulheres ocupavam espaços de trabalho que, inclusive, demandavam força física, totalmente oposta da lógica patriarcal, em que as mulheres passam a ser consideradas frágeis e naturalmente destinadas às tarefas do lar e da reprodução social.

O próprio Marx aponta nesse mesmo capítulo, o quanto o desenvolvimento tecnológico demandou trabalhos que pudessem necessitar de menor força muscular, dando origem a um processo de substituição da força de trabalho masculina pelo trabalho das mulheres e das crianças. Segundo Marx, “o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria!” (p. 468).

Apesar de Marx reconhecer esse trabalho necessário para o próprio desenvolvimento capitalista, carece em sua análise, do próprio trabalho realizado pelas mulheres no âmbito doméstico, sobretudo não compreendendo-o enquanto trabalho e sim, de maneira naturalizada:

> E foi assim que esse poderoso meio de substituição do trabalho e de trabalhadores, transformou-se prontamente num meio de aumentar o número de assalariados, submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não somente o lugar da recreação infantil, mas também o do trabalho livre no âmbito doméstico, dentro de limites decentes e voltado às necessidades da própria família (MARX, 2017, p. 468).

Nessa mesma citação, Marx aponta em nota de rodapé o quanto o trabalho das mulheres nas fábricas as tirou do trabalho livre no âmbito doméstico. Apesar de ser importante a crítica de Marx em relação ao trabalho precarizado das mulheres nas fábricas, fica-nos a indagação: será mesmo o trabalho do âmbito doméstico um trabalho livre? Conforme ele mesmo aponta nessa nota, um trabalho livre necessário para amamentar suas crianças e aprender a cozinhar está isento de exploração e à parte do modo de produção capitalista?

Essas indagações não são nossas, nem muito menos contemporâneas. As feministas socialistas, vêm colocando questões de opressão das mulheres ao longo dos anos de 1970 ao se debruçar sobre o trabalho doméstico e realizando uma importante indagação: *Se a força de trabalho é fonte de valor, quem produz e agrega*

valor à mercadoria força de trabalho? Federici destaca esse avanço a partir da obra marxiana:

> Embora Marx, enquanto defensor da "emancipação das mulheres"por meio do envolvimento na produção social, compreendida predominantemente como trabalho na indústria, tenha inspirado gerações de socialistas, um Marx diferente foi descoberto no anos 1970 pelas feministas, que, revoltadas com o trabalho doméstico e com a dependência econômica em relação aos homens, à qual estavam submetidas, se voltaram para a obra do autor em busca de uma teoria capaz de explicar a opressão das mulheres sob o ponto de vista da classe. O resultado foi uma revolução teórica que transformou tanto o marxismo como o feminismo. (FEDERICI, 2021, p. 80-81).

Importante mencionar que as feministas socialistas e marxistas reconhecem a contribuição da tradição marxista, mas avançam ao identificar suas lacunas e lançar luz para a compreensão, a partir do método materialista histórico e dialético, de como a mercadoria mais importante para o capital - a força de trabalho - são produzidas e reproduzidas.

Quando observamos a realidade brasileira, que carrega uma forte herança colonial e escravista, onde as mulheres negras exerceram tanto as atividades domésticas e o trabalho cuidado de pessoas da família branca, quanto "serviços sexuais" (GONZALEZ, 2020, p. 82), sobretudo por meio do estupro, nota-se que esse engendramento entre a doméstica e a "mulata" enquanto atribuições do mesmo sujeito, conforme Lélia aponta, *a mucama*, estão presentes até os dias de hoje, postos pelo racismo e pelo sexismo na cultura brasileira (GONZÁLEZ, 2020).

Na pandemia isso se escancara pois, o trabalho de empregada doméstica, que têm como origem no Brasil e na América Latina por esse processo de colonização dos territórios e a formação da mão de obra, foi uma das ocupações mais atingidas pela pandemia do novo coronavírus, conforme apontou pela pesquisa do DIEESE (2020)[5]. Essa pesquisa, traz informações sobre o trabalho doméstico remunerado na pandemia e refere que os impactos no mundo do trabalho que estavam em curso, que ao serem aprofundados nesse momento, atingem a classe trabalhadora de forma distinta de acordo com as desigualdades estruturais.

[5] Pesquisa DIEESE "Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de Coronavírus". Disponível em <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq96covidTrabalhoDomestico.pdf>. Acesso em 20 de jul. de 2021.

O trabalho doméstico que já têm um histórico de alto índice de informalidade se intensificou, além de também ter gerado demissões e suspensões. Já as trabalhadoras que se mantiveram no trabalho, foram levadas a altos níveis de exposição, acarretando milhares de mortes ou até mesmo sendo obrigadas a permanecer no domicílio para não gerar esse risco aos próprios patrões, trazendo à tona o caráter colonial ainda presente na sociedade brasileira. O retrato disso foi a primeira morte pela doença no Brasil ser de uma mulher negra e empregada doméstica.

Por outro lado, com a suspensão de serviços de reprodução social como creches e escolas, exigiu-se o isolamento das famílias nos lares, aumentando a sobrecarga de tarefas domésticas não pagas, relegadas as mulheres que, segundo a pesquisa do IBGE (2019)[6], são elas que dedicam cerca de 10,4 horas de trabalho por semana a mais que os homens. A pesquisa aponta ainda que entre as mulheres negras as taxas de realização de afazeres domésticos é ainda maior, correspondendo 94,1% de mulheres pretas ou pardas e 91,5% entre mulheres brancas.

Isso escancara mais uma vez a indissociabilidade entre produção e reprodução ao passo que, as famílias utilizarem seus lares como espaços de trabalho exigidos pelo modelo de *home office*, demonstra-se que a chamada “esfera” da produção depende da “esfera”da reprodução e vice versa. Entretanto, aponta-se uma contradição. É assumido que o trabalho doméstico é essencial e necessário para a reprodução da mão de obra, inclusive ao ser classificado como atividade essencial. Por outro, o capitalismo, sobretudo o periférico, se esforça para escamotear a grande quantidade de tempo e recursos para manter essa mercadoria tão essencial ao capital - a força de trabalho.

Nesse sentido, a pandemia destaca aquilo que não pode ser mais ignorado, a sociedade capitalista se sustenta nesses pilares entrelaçados mutuamente, mas que se colocam como opostos que é, por um lado, a necessidade devastadora de obtenção de lucro por meio da exploração do trabalho e, por outro lado, a necessidade de sustentação dessa mão de obra. Ou seja, a necessidade da reprodução de

[6] Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em 20 de jul. de 2021.

trabalhadores. Sobre esse aspecto contraditório, algumas autoras feministas marxistas vão chamar de crise da reprodução social:

> A razão básica, argumentamos, é que o tratamento que o capitalismo dá à reprodução social é contraditório. Por um lado, o sistema não pode funcionar sem essa atividade; por outro, ele renega os custos desta última e confere a ela pouco ou nenhum valor econômico. Isso significa que as capacidades utilizadas para o trabalho de reprodução social não têm seu valor reconhecido, são tratadas como "dádivas"gratuitas e inesgotáveis que não exigem atenção ou renovação (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 111).

Essa chamada crise da reprodução social nada mais é que a crise estrutural do capital espraiada para todas as esferas da vida social. Nesse sentido, compreendendo o sistema capitalista como uma totalidade, a reprodução social não passaria ilesa. Nesse sentido, coloca-se que a reprodução social têm sido cada vez mais relegada ao âmbito doméstico, da família e cada vez menos sido promovido pelo Estado por meio de serviços públicos e políticas sociais, o que se intensifica com a fase neoliberal do capital. Assim, os serviços de reprodução da vida como a educação, a saúde, a previdência social, a assistência social, que já vinham desde sua implementação mostrado inconcluso e insuficiente, com o neoliberalismo, têm sido cada vez mais sucateados, sub financiados e privatizados.

Com relação a assistência social, é importante destacar que já havia a existência de um recorte de gênero e de raça em relação aos beneficiários de programas de transferência de renda. Costa (2017) afirma que são as mulheres negras o público mais atendido nos equipamentos públicos de assistência social e outros benefícios sociais, bem como são em sua maioria as beneficiárias do Bolsa Família. Segundo o Ministério da Cidadania (2020), havia um contingente de 43.172.530 de pessoas do sexo feminino inscritas no Cadastro Único até o mês de agosto de 2020.

Nesse sentido é evidente que pelo fato das mulheres ocuparem cargos mais subalternos no mercado de trabalho e também serem as principais responsáveis pela reprodução social, são elas que mais necessitam de serviços vinculados à reprodução da vida. Entretanto, ainda nesse aspecto reside uma contradição, pois ao passo que esses números expressam uma desigualdade posta na própria realidade, evidenciam também um reforço do lugar tradicional da mulher colocado pela "matricialidade sócio familiar" presente na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, o que acaba por reproduzir esse papel de cuidado das mulheres por todos os membros da família.

Na pandemia, esse cenário não poderia ser diferente, foram as mulheres em sua maioria que solicitaram o auxílio emergencial, de acordo com a pesquisa "Perfil dos beneficiários do Auxílio Emergencial pela Covid-19: quem são e onde estão?"[7], que traçou o perfil dos beneficiários do auxílio emergencial no ano de 2020. Todavia, há um dado em que merece maior atenção. O que era de se esperar é que, por as mulheres já serem em sua maioria beneficiárias e usuárias da assistência social, conforme apontamos, elas correspondem ao maior número de atendidas por inscrições já existentes no CadÚnico, contando com o Bolsa Família, representando 55%. Entretanto, nas solicitações realizadas pelo aplicativo de celular, o maior número de solicitações (57%) eram de homens.

Os dados evidenciam o que já se coloca na realidade do mundo do trabalho hoje. A precarização, a informalidade e subalternidade do trabalho que eram realizados por sua maioria mulheres, é espraiado para toda a classe trabalhadora, retirando do homem o papel de provedor do lar, aquele capaz de sustentar a casa e sua família no trabalho "fora" de casa, enquanto a mulher cumpre o papel de cuidadora. Isso implica na própria condição e lugar do homem na sociedade capitalista patriarcal e denota também como o capital financeiro avança sobre os terrenos da reprodução social aumentando o endividamento das famílias. Destaca-se portanto, a crise do "homem provedor":

> Para analistas convencionais, 2007-2008 marcou o início da pior crise financeira desde os anos 1930. Embora até certo ponto correta, essa compreensão da atual situação é ainda muito limitada. Vivemos uma crise da sociedade como um todo. Absolutamente não restrita ao setor financeiro, é ao mesmo tempo uma crise da economia, da ecologia, da política e do "cuidado". Uma crise generalizada de toda uma forma de organização social, que está na base do capitalismo - em especial da forma brutalmente predatória do capitalismo que vivemos hoje: globalizado, financeirizado, neoliberal. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.4).

Isso nos abre para algumas reflexões e pistas. Que o perfil da classe trabalhadora vem mudando isso já é fato. Sabemos que não se trata mais do proletariado clássico do período fordista, mas de trabalhadores informais, uberizados, subcontratados, trabalho não pago, dentro outras formas de precarização que antes eram colocadas às mulheres, agora se colocam também aos homens, realizando uma inflexão no novo perfil de beneficiários do auxílio emergencial e portanto, indicando

[7] Disponível em < https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/sagi/relatorios/deolhonacidadania_3_2202.pdf > Acesso em 20 de jul de 2021.

uma tendência no pós-pandemia com uma mudança no perfil de beneficiários da própria assistência social. Essa reflexão nos leva a outra, tão importante quanto. Reconhecer a classe trabalhadora em sua diversidade significa ampliar o próprio conceito de classe trabalhadora a qual:

> Provoca seu transbordamento, porque inclui realidades de trabalho não assalariadas, não reconhecidas, não remuneradas, que têm a ver com as formas de trabalho doméstico e reprodutivo, obrigatório e gratuito, mas também com modalidades de trabalho ligadas às economias populares e às formas autogeridas de reprodução da vida (GAGO, 2020, p. 26)

Nesse sentido, não há como separar produção de reprodução, ou privilegiar uma em detrimento da outra, pois, qualquer alteração entre uma “esfera”, afeta consequentemente a outra, conforme apontou Bhattacharya (2019), o capitalismo é um sistema unitário:

> A percepção mais importante da teoria da reprodução social é que o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com êxito, ainda que desigualmente, a esfera da reprodução e a esfera da produção. Mudanças em uma esfera, então, reverberam na outra. Salários baixos e cortes neoliberais no trabalho podem produzir despejos e violência doméstica no lar. (BHATTACHARYA, 2019, p. 104)

A pandemia, certamente, escancarou o quanto a crise em curso não se circunscreve apenas no campo da produção, invadindo e redefinindo o espaço doméstico, as relações sociais, o perfil dos beneficiários das políticas de transferência monetária do Estado e todo o aparato cultural, político e social que sustenta a reprodução da vida. Reconhecer isso, é fundamental para nós, marxistas.

Nesta direção, Gago (2020) aponta para a necessidade de reinventarmos e transformarmos o conceito de greve, a partir da construção de novas gramáticas capazes de conectar os territórios mais precários de reprodução da vida - onde se inserem as violências experienciadas pelos corpos feminizados - às mais sofisticadas formas de expropriação do trabalho assalariado na era do capital financeirizado. Isso exige considerar o trabalho em sua heterogeneidade, assumindo formas de organização coletiva que contemplem o trabalho precário, informal, doméstico e imigrante, transpondo, portanto, as fronteiras da organização sindical tradicional.

De acordo com a autora, os movimentos grevistas feministas observados em toda a América Latina nos últimos três anos (outubro de 2016 a março de 2019) são exemplos desse processo de deslocamento e potencialização do conceito de greve. Tributários do movimento *#NiUnaMenos* contra o feminicídio em 2015 na Argentina, as greves feministas de mulheres, trans, lésbicas e travestis foram verdadeiras

demonstrações da radicalidade e da capacidade de mobilização internacional das massas trabalhadoras[8], organizadas por meio de protestos, assembleias e manifestações que foram muito além da tradicional paralisação por "ofício".

Nas palavras de Gago (2020, p.26),

> A greve transborda e integra a questão trabalhista. Não a deixa de lado, mas ao mesmo tempo a redefine e atualiza, a problematiza e a critica como relação de obediência. Multiplica seu alcance, sem diluir sua densidade histórica. Provoca seu transbordamento, porque inclui realidades de trabalho não assalariadas, não reconhecidas, não remuneradas, que têm a ver com as formas de trabalho doméstico e reprodutivo, obrigatório e gratuito, mas também com as modalidades de trabalho ligadas às economias populares e as formas de autogeridas de reprodução da vida. O trabalho em perspectiva feminista, portanto, nos permite pensar uma política de reprodução da vida que toma e atravessa o território doméstico, social, camponês suburbano, do bairro, e sua articulação hierárquica com o território reconhecido como "laboral". (GAGO, 2020, p. 26).

A apropriação do conceito de greve pelo feminismo traz à tona a necessidade imperiosa de se reinvestigar o que são as vidas operárias hoje. Para isso, superar a falsa dicotomia entre produção e reprodução e compreendê-las como uma unidade dialética no movimento da totalidade da realidade social, faz-se absolutamente fundamental, tanto para o marxismo que têm a dívida história de reconhecer os aspectos estruturantes de gênero e raça/etnia da formação da classe trabalhadora, quanto para o feminismo, no reconhecimento da base material das opressões das mulheres sendo que, qualquer perspectiva sobre o fim dessa opressão que não considere o fim do sistema capitalista como um todo, corre o risco de se limitar a novas formas de opressão às mulheres.

3. CONCLUSÃO

Embora Marx tenha elucidado que todo processo de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução, apropriações dicotomizadas entre essas duas esferas têm causado sérios prejuízos a compreensão do capitalismo contemporâneo e as formas de organização política da classe-que-vive-do-trabalho.

Sua mais evidente consequência prática tem sido uma suposta disputa entre feminismo e marxismo, empenhada na tentativa de hierarquizar relações de classe e

[8] Segundo a autora, na Argentina meio milhão de mulheres se mobilizaram nas greves de outubro de 2016 e março de 2017; oitocentas mil em março de 2018 e um número similar em março de 2019.

gênero, exploração e opressão, ora colocando a classe "acima" do gênero, ora reivindicando o seu inverso.

Na direção diametralmente oposta, o presente artigo procurou apresentar a unidade dialética entre essas duas esferas como chave de análise para compreensão dos desafios contemporâneos que assolam, tanto o mundo do trabalho, quanto às demais formas de reprodução cotidiana da vida.

Não há dúvidas de que a pandemia da Covid-19 escancarou essa realidade, evidenciando que, quando se fala em fechamento de milhões de postos de trabalho, de aumento da informalidade, de precarização das condições de subsistência, fala-se o mesmo tempo, de intensificação das formas de violência contra corpos feminizados e da visibilização do trabalho doméstico como trabalho não pago.

No entanto, também não há dúvidas de que essa realidade não se inicia e não cessará com o enfrentamento do vírus. Por isso, rediscutir a teoria do valor e repensar o que se entende por força de trabalho a partir de uma perspectiva feminista, anticapitalista, antipatriarcal e anticolonial é imperioso para o nosso tempo. Assim, é tarefa urgente realizar uma análise teórica e política que considere o modo de produção capitalista como um sistema integrado, na qual a produção é sustentada pela reprodução social e assim, reconfigurar o sentido de nossas lutas, compreendendo a importância de unificar as lutas políticas de ambas as ditas "esferas".

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?** Revista Outubro. ed. 32, 2019. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf

BRASIL. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação / Departamento de Monitoramento. **Perfil dos beneficiários do Auxílio Emergencial pela Covid-19: quem são e onde estão?** Série De olho na Cidadania. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/sagi/relatorios/deolhonacidadania_3_2202.pdf. Acesso em: 20 de jul de 2021.

CISNE. Mirla; SANTOS, Silvana. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social.** São Paulo:Cortez, 2018.

COSTA, G. **Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam.** Revista O Social em Questão n. 38, mai-ago 2017.

DIEESE. Pesquisa: "Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de Coronavírus". Disponível em <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq96covidTrabalhoDomestico.pdf>. Acesso em 20 de jul. de 2021.

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

FEDERICI, Silvia, 1942. O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo, vol.1; tradução Heci Regina Candiani. - 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:ensaios, intervenções e diálogos**/Org: Flavia Rios, Márcia Lima - 1 ed. Rio de Janeiro:Zahar, 2020.

IBGE. **Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas**. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em 20 de jul. de 2021.

MARX, K. O Capital - **Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **ILO Monitor: COVID-19 and the world of work. Seventh edition Updated estimates and analysis.** Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_767028.pdf>. Acesso em: 20 de jul. de 2021.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Transitando la crisis laboral por la pandemia: hacia una recuperación del empleo centrada en las personas.** Abril, 2021b. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_779114.pdf. Acesso em: 20 de jul. de 2021.